



ANO 1/Nº2 - OUTUBRO/NOVEMBRO - 2016 | [www.unifesp.br/reitoria/caaf](http://www.unifesp.br/reitoria/caaf) - [caaf@unifesp.br](mailto:caaf@unifesp.br)

## A MULHER QUE TRANSFORMOU O LUTO EM LUTA E FUNDOU O GRUPO MÃES DE MAIO

Por Antonio Saturnino



Ela completa: “A polícia militarizada não faz parte de uma democracia, mas sim de uma ditadura continuada. Foi uma farda que tirou a vida do meu filho, com o dedo indicador do Estado. Nós pagamos, por meio dos impostos, o mandante do crime que mata nossos filhos, bem como quem aperta o gatilho e todo o aparelho opressor. Eu, como mãe, jamais aceitarei que eu paguei a bala que matou meu filho”.

Ao comparar os dias atuais à época da escravidão, ela diz que, para negros ou periféricos, as favelas são uma continuação da senzala, que o sistema prisional é um reflexo dos porões dos navios negreiros e que as balas são as chibatadas dos dias atuais. “Nós temos a nossa carta de alforria. Não precisamos de capitão do mato. Existe uma guerra de pigmento não declarada. Esta é uma luta emergencial e a transformação está nos braços das Mães de Maio”.

Ao ser questionada sobre o papel da mulher na transformação, ela ressalta que grandes conquistas vêm delas e dos movimentos feministas. Para ela é necessária uma participação mais ativa das mulheres na sociedade e política. Afirma que elas não devem se curvar diante das injustiças, mas que quando essas acontecerem, que sirvam para dar ainda mais voz às suas lutas.

Ela finaliza: “Graças ao meu filho, eu transformei o luto em luta. É uma caminhada muito longa e sofrida. Essa Débora que luta também é de carne e ossos, e muitas vezes chora. Mas as lágrimas são sinônimo de resistência, por não aceitar a morte do meu filho. Se não existisse o Mães de Maio, o número de jovens assassinados pela polícia seria muito maior que os 60 mil atuais. Nossa batalha é para preservar o direito que todos temos à vida”, finaliza.

Débora Silva Maria era uma dona de casa, na cidade de Santos, em São Paulo. Ela jamais havia saído da Baixada Santista e batalhou muito para criar seus filhos de forma honesta. Seu único filho homem, Edson Rogério da Silva, trabalhava como gari e recebia um salário mínimo. No dia 15 de maio de 2006, aos 29 anos, Edson foi uma das centenas de vítimas do episódio conhecido como “Crimes de Maio”, tendo sido assassinado por nove policiais.

Ela, com lágrima nos olhos, lembra que soube da morte do filho pelo rádio. “Eu batalhei muito para criá-lo na periferia. As pessoas não imaginam o sofrimento de uma mãe para ensinar valores de honestidade ao filho e ele não ter o direito de viver. A dor que eu sinto é insuportável”, comenta.

Quando recebeu a notícia, Débora caiu na cama do hospital. Não comia, não dormia, não tomava banho, e foi diagnosticada por um médico do SUS com um quadro de depressão profunda. “Enquanto eu estava na cama do

hospital, meu filho apareceu para mim, me ergueu pelos braços e disse: ‘Mãe, eu não quero a senhora aqui. Lute por mim e pelos vivos’”. A partir desse momento ela teve forças para se levantar da cama. Quando se ergueu, viu hematomas no seu braço. Ela sabia que eram marcas dos dedos do seu filho.

Foi quando ela deu início a uma luta. Ela se juntou a outras mães cujos filhos foram assassinados pela polícia na mesma época e formaram o “Mães de Maio”. São mulheres que querem que suas vozes sejam ouvidas, que não aceitam que o Estado tenha tirado a vida de seus filhos e que, juntas, lutam por transformação e por justiça.

À época, cerca de 600 jovens foram mortos no Estado de São Paulo, sendo que menos de 2% tinham passagem pela polícia. Débora comenta que encabeça essa luta, para que as mães que perderam seus filhos não caiam no conformismo de achar que é normal o Estado, que deveria garantir segurança, tirar a vida de seus entes queridos.

Apoio:



## Grupo de Trabalho Perus realiza audiência pública

Por José Luiz Guerra



Membros do Grupo de Trabalho Perus apresentando o andamento dos trabalhos de identificação das ossadas.

O Grupo de Trabalho Perus (GTP) realizou no último dia 28 de novembro uma audiência pública com o intuito de apresentar o panorama dos trabalhos realizados e as perspectivas para continuidade das análises das ossadas encontradas em vala clandestina no Cemitério Dom Bosco, em Perus, na década de 1990. O evento foi realizado no Centro de Arqueologia e Antropologia Forense da Universidade Federal de São Paulo (CAAF/Unifesp). O GTP é composto pela Comissão da Memória e Verdade da Prefeitura de São Paulo, pela Unifesp e pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos do Governo Federal.

Compuseram a mesa de discussão o coordenador científico do GTP, Samuel T. G. Ferreira, o representante da Unifesp no comitê gestor do GTP, Javier Amadeo, a secretária especial de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, Flavia Piovesan, a reitora da Unifesp, Soraya Smaili, a presidente da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), Eugênia Gonzaga, a coordenadora de Direito à Memória e à Verdade da Prefeitura de São Paulo (PMSP), Carla Borges e o secretário de Direitos Humanos da PMSP, Felipe de Paula. Na abertura da audiência, Javier Amadeo, falou sobre o contexto das investigações, tanto em relação aos trabalhos quanto aos investimentos. “O ano de 2016 tem sido difícil do ponto de vista de turbulências políticas e de

cortes orçamentários, mas apesar disso os trabalhos nunca foram paralisados”. Amadeo demonstrou otimismo em relação ao atual estágio dos trabalhos. “Nunca estivemos tão perto de concluir esse processo de identificação”, completou.

O coordenador científico do GTP e perito médico legista, Samuel Ferreira, apresentou aos convidados o andamento dos trabalhos desde o seu início, em setembro de 2014, até o presente momento e citou os próximos passos a serem dados pela equipe. Em uma frente de trabalho, o grupo levantou preliminarmente os livros de registros do Cemitério Dom Bosco, os livros de corpo de delito do Instituto Médico Legal (IML), o histórico dos locais nos quais as ossadas foram armazenadas anteriormente, entrevista com familiares para determinação de características de seus entes desaparecidos e elaborou um relatório das pesquisas realizadas pelo grupo no ante mortem. “Tudo isso são informações preliminares fundamentais para nos dar subsídios para confrontar com os dados post mortem e para que os trabalhos continuem”, disse Ferreira.

Outra frente foi a análise dos restos mortais feitas pelo Grupo de Trabalho de Perus, correspondentes aos trabalhos post mortem. Das 1.049 caixas que guardam os restos mortais, 582 já foram abertas e seus conteúdos foram limpos e preparados para a análise dos peritos, que buscaram identificar sexo e idade aproximados e traumas ou lesões

relevantes, que podem trazer subsídios às investigações. Dentre as caixas abertas, 551 já foram analisadas e 25% delas possuíam restos mortais de mais de um indivíduo. “Trabalhamos até agora com, pelo menos, 701 indivíduos”, explica o coordenador.

A genética, terceira frente das análises, visa comparar o perfil genético dos familiares com os dos restos mortais, para o estabelecimento de algum vínculo de parentesco. Quanto às coletas de amostras, foram realizadas 74 coletas em 16 municípios brasileiros, correspondendo a 38 famílias até o momento. “Esperamos concluir a coleta dessas amostras no primeiro trimestre de 2017”, disse Ferreira.

Para complemento das análises, o GTP está em processo de contratação do laboratório da Comissão Internacional sobre Pessoas Desaparecidas (ICMP, sigla do nome em inglês International Commission on Missing Persons), organização internacional especializada em investigação humana e com experiência em escavação de mais de três mil valas coletivas e identificação de pessoas desaparecidas em contextos de violações de direitos humanos e em análise de amostras em larga escala. Para tanto, foi disponibilizada pela deputada federal Luiza Erundina (PSOL/SP) uma emenda parlamentar no valor de US\$ 540 mil dólares, suficientes para a análise de 750 amostras de DNA. “Se compararmos os

Apoio:

trabalhos em setembro de 2014 com o momento atual, conseguimos muitas coisas. É um trabalho intenso das pessoas e instituições que estão aqui, dos peritos e da gestão. Conseguimos muito, mas precisamos de mais para concluirmos o projeto”, completa Ferreira.

Flávia Piovesan, secretária especial de Direitos Humanos (SEDH), parabenizou as equipes de análise e gestão do CAAF. “Visitei o laboratório e conheci o trabalho primoroso e extraordinário desenvolvido aqui”. Flávia afirma que testemunhou a assinatura do acordo de criação do GTP, assinado em 2014, e se disse feliz de ver os frutos desse trabalho. Disse também que é essencial a continuidade dos trabalhos do CAAF. “Esse trabalho proporcionará o direito a verdade individual e coletiva e ao luto, interrompendo a tortura psicológica, a construção de uma memória coletiva, o fortalecimento da arqueologia forense e o fomento a uma sensibilização pública para o desafio do desaparecimento, tema que ainda lidamos no nosso cotidiano”.

A secretária assumiu o compromisso público da continuidade dos trabalhos e anunciou a disponibilização de mais verbas para a sua manutenção. “Temos a garantia de R\$ 500 mil no orçamento próprio para a manutenção e continuidade do trabalho e uma emenda parlamentar de R\$ 850 mil do deputado federal Glauber Braga (PSOL/RJ)”. Destacou também a atuação da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), que conseguiu, junto a parlamentares, de R\$ 1,5 milhões para o orçamento de 2017 por meio de emendas. Ela concluiu sua participação na audiência afirmando que os trabalhos do GTP são fundamentais para a manutenção de uma sociedade democrática.

A reitora da Unifesp, Soraya Smaili, no entanto, afirmou que os valores são insuficientes para manter o laboratório. “Não podemos deixar de lembrar que temos que contratar todos os peritos, pois não temos técnicos contratados”. Soraya lembrou que foi feito um pedido ao MEC de vagas para concursos de técnicos na área de análises. “Se queremos enraizar o CAAF como um centro de referência não só para o caso



Público presente na audiência do GTP.

Perus, mas para o país, precisamos de pessoas contratadas permanentemente”. A reitora lembrou ainda que o MEC não fez o repasse das verbas de 2016 destinadas ao CAAF. “O laboratório está sobrevivendo com recursos da universidade. Foi acordado R\$ 500 mil ao ano para custeio e manutenção do centro como um todo”. Ter as contratações de servidores, para a Soraya, significa não só manter o CAAF em funcionamento, mas também colaborar com a sociedade em trabalhos de identificação de desaparecidos além das ossadas de Perus.

A reitora reivindicou ainda que o centro tenha um orçamento fixo proveniente de alguns dos ministérios envolvidos. “Tem que haver um orçamento para o CAAF. Ele é um centro de referência. Em um momento de transição os funcionários podem ficar sem receber, assim como ficaram uma vez e isso não pode acontecer. O ideal seria termos uma somatória do que é necessário para a manutenção desse centro com cerca de 10 profissionais contratados, que foram solicitadas ao MEC há dois anos”.

Felipe de Paula, secretário municipal de Direitos Humanos, falou sobre o orçamento que a pasta destinou ao GTP e que passa por votação na Câmara dos Vereadores. “Em julho anunciamos o compromisso de dobrar a verba, que era de R\$ 440 mil e enviamos para a lei orçamentária de 2017 a proposta de R\$880 mil. Nosso compromisso é a manutenção desse padrão ou até o aumento”. O secretário ressaltou ainda que qualquer redução que ocorrer na câmara deve ser

denunciado. “Esse trabalho é muito importante para a Prefeitura de São Paulo e de extrema relevância para a cidade”. De Paula também afirmou que o país precisa de um CAAF fortalecido, pois pessoas continuam desaparecendo.

Eugênia Gonzaga, presidente da CEMDP, afirmou que o grupo move uma ação contra o Estado, no valor de R\$ 3 milhões, por não promover as análises das ossadas, quando elas estiveram sob a sua guarda. “Uma juíza já veio aqui, fez uma inspeção judicial para analisar o que falta para dar continuidade na ação e o grupo está sendo importante para que se responda à altura dessa ação que já está proposta”.

Hania Pereira Rego, filha do desaparecido político Hiran de Lima Pereira e que veio do Rio Grande do Norte acompanhar a audiência, afirmou que o que está acontecendo no CAAF vai além da memória de seu pai. “Quando entrei naquela sala (de análise das ossadas), não estava procurando pelo meu pai, mas pensei em quantas pessoas podem estar no meio dessas ossadas”. Para ela, abrir esse arquivo pode viabilizar o reencontro das famílias com seus entes queridos que desapareceram por algum motivo. “Nesses dois anos, o progresso foi imensurável. Esse trabalho deve ser mantido, independentemente da forma como começou, pois temos que responder às nossas famílias e as outras famílias que possam surgir porque, infelizmente, o desaparecimento forçado parece algo institucionalizado no Brasil e temos de lutar contra isso”, completou.



## Curso de extensão reúne especialistas para discutir Justiça de Transição e os legados da Ditadura civil-militar brasileira

Por Fábio Franco



A militante e pesquisadora Amelinha Teles debatendo sobre a violência de gênero na ditadura civil-militar.

O Centro de Antropologia e Arqueologia Forense promoveu o curso de extensão “Direitos Humanos e o legado da Ditadura civil-militar: desafios da Justiça de Transição no Brasil”, que se inscreve no âmbito do projeto Violência de Estado no Brasil: um estudo dos crimes de maio de 2006 na perspectiva da Justiça de Transição e da Antropologia Forense, resultado da parceria entre a UNIFESP e o Centro Latino-americano da Universidade de Oxford, com financiamento do Newton Fund.

Ao longo de dez aulas, que aconteceram entre o final de setembro e o início de dezembro deste ano, cerca de 60 alunos foram introduzidos aos principais conceitos e categorias da Justiça de Transição, discutindo os limites e avanços desse processo no caso de Brasil.

Durante o curso, que contou com a

participação de personalidades acadêmicas, políticas, jurídicas em cada um dos assuntos abordados, os alunos puderam conhecer e discutir o trabalho das três principais Comissões de Estado responsáveis pelo enfrentamento dos diversos impactos da ditadura civil-militar na vida de milhões de brasileiros (a Comissão Nacional da Verdade, a Comissão de Anistia e a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos), assim como debater questões como a responsabilização de agentes públicos da ditadura acusados de praticar violações de direitos humanos; a reparação psíquica e simbólica dos afetados pela ditadura; as políticas para a localização e identificação de desaparecidos; os efeitos da ditadura sobre os povos originários e sobre a população LGBT.

Embora o foco das aulas se concentrasse sobre o período de vigência da

ditadura brasileira e sobre os mecanismos de Justiça de Transição para buscar a efetivação da democracia, o curso acentuou, em todos os encontros, a necessidade de compreender os efeitos contemporâneos do legado ditatorial, sobretudo na organização, consolidação e manutenção dos aparelhos repressivos do Estado, responsáveis pelo extermínio da população negra, pobre, moradora das periferias.

A diversidade dos alunos também merece destaque. Por meio de um acordo com a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura de São Paulo, o curso de extensão contou com servidores públicos do município. Somaram-se a esses, alunos com diferentes formações acadêmicas e experiências profissionais, o que trouxe significativas contribuições para o debate.

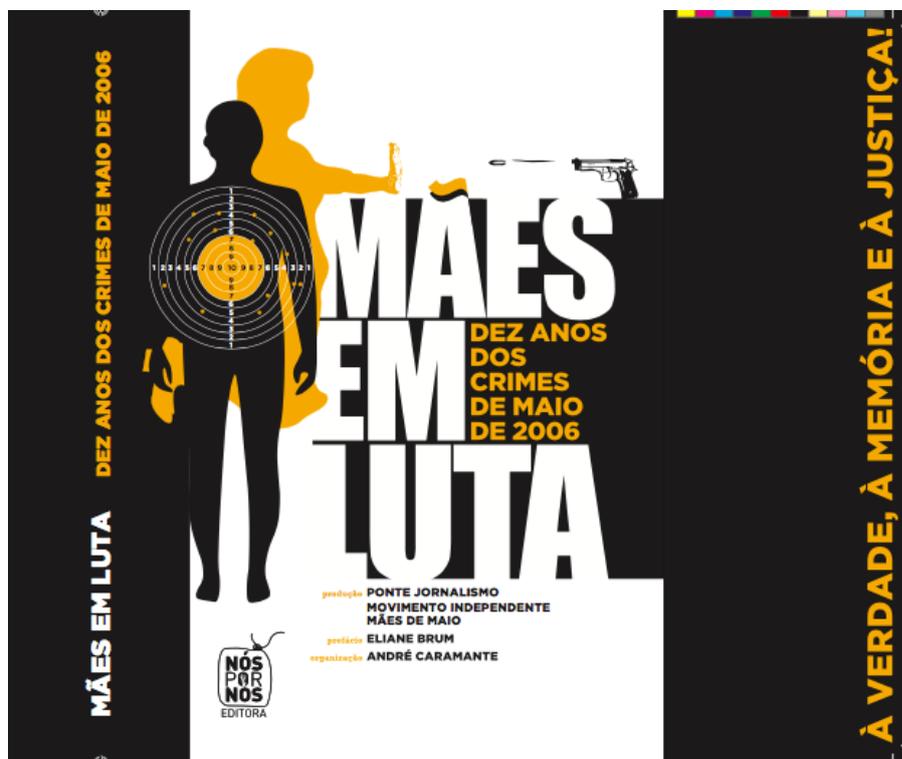
Apoio:

## Lançamento do livro “Mães em Luta – Dez anos dos Crimes de Maio de 2006”

O livro “Mães em Luta: Dez Anos dos Crimes de Maio de 2006”, organizado pelo jornalista André Caramante da Ponte Jornalismo e com prefácio assinado por Eliane Brum, foi lançado na noite da última quinta-feira (17/11), em um evento na Faculdade de Direito da USP, em São Paulo. A obra reúne 15 perfis de parentes de vítimas da violência policial no Brasil: 13 mães, uma irmã e uma tia de jovens assassinados.

Os autores dos perfis são os repórteres da Ponte<sup>1</sup>: Luís Adorno, Luiza Sanção, Arthur Stabile, Maria Teresa Cruz, Fausto Salvadori Filho, Kaique Dalapola, Juca Guimarães, Bruno Paes Manso e Tatiana Merlino. O livro foi ilustrado pelo cartunista Junião, também da Ponte. Ainda houve a colaboração de Érica Saboya e Karla Dunder. Capa, projeto gráfico e diagramação são de Silvana Martins.

1. PONTE - CARTA CAPITAL. Disponível em <https://goo.gl/YMhBAO>



Capa do livro “Mães em Luta: Dez Anos dos Crimes de Maio de 2006”, parceria entre Mães de Maio e Ponte Jornalismo – Imagem: Reprodução

## CAAF recebe Prêmio de Direito à Memória e à Verdade



Foto: Eduardo Ogata

Smaili, do representante da Unifesp no comitê gestor do GTP, Javier Amadeo, da professora Cláudia Plens e da pesquisadora Rebeca Padrão, ambas do CAAF.

Em sua primeira edição, o prêmio também homenageou do professor emérito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), Fábio Konder Comparato, e entregou menção honrosa à cineasta Tatá Amaral.

A iniciativa é uma das recomendações da Comissão da Memória e Verdade da Prefeitura de São Paulo, responsável pela deliberação dos vencedores desta edição.

O nome de Alceri Maria Gomes da Silva foi escolhido pela comissão para batizar o prêmio de Memória e Verdade. Mulher, negra, operária, Alceri foi militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

O Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF) da Unifesp recebeu menção honrosa durante o Prêmio de Direito à Memória e à

Verdade Alceri Maria Gomes da Silva. A premiação ocorreu na segunda-feira (12/12), no Auditório do Ibirapuera, e contou com a presença da reitora Soraya

Apoio: